

Международные отношения • Relaciones internacionales

Artigo de pesquisa

<https://doi.org/10.46272/2409-3416-2021-9-2-48-64>

Relações entre Brasil e Espanha sob Bolsonaro

© Ana Livia Esteves, 2021

Ana Livia Esteves, jornalista, agência de notícias Rossiya Segodnya e Sputnik; **E-mail:** analiviaesteves@gmail.com
Escola de Doutorado em Relações Internacionais e Estudos Regionais,
Universidade Nacional de Investigação – Escola Superior de Economia,
Moscou (Rússia)

Para correspondência: 124482, Moscou, Zelenograd, Rua Nikolaya Zlobina, 108

Recebido: 20.06.2021

Revisado: 31.07.2021

Aceito: 10.08.2021

Para citação: Esteves, Ana Livia. Relações entre Brasil e Espanha sob Bolsonaro. *Cuadernos Iberoamericanos* 9, no. 2 (2021): 48-64. <https://doi.org/10.46272/2409-3416-2021-9-2-48-64>.

→ Resumo

As relações bilaterais entre a Espanha e o Brasil durante o governo Jair Bolsonaro foram arrebatadas pela oposição europeia às políticas brasileiras na área de meio ambiente e pelo trato desastroso do governo de Brasília no tocante à pandemia de COVID-19. A abordagem deliberadamente negligente de Bolsonaro em relação às mudanças climáticas e ao desflorestamento levam governos europeus a se opor publicamente à ratificação do acordo de livre comércio Mercosul – União Europeia, assinado em 2019 após 20 anos de processo negociador. Em maio de 2016, as partes realizaram a troca de ofertas que, eventualmente, levaria à assinatura do acordo. A oferta inclui bens, serviços, investimentos e compras governamentais, e foi realizada em contexto particularmente favorável, em função da chegada de governos com inclinações neoliberais na América do Sul, de uma tendência protecionista global no que tange ao comércio internacional e, por fim, do esvaziamento da Organização Mundial do Comércio como instituição promotora da liberalização comercial. No entanto, países como França, Áustria e Holanda são vocais em sua oposição ao acordo, o que poderia inviabilizar a ratificação do mesmo. Longe dos holofotes, no entanto, o governo espanhol trabalha pela ratificação do acordo. Além disso, Madri nutre laços estreitos com seu parceiro sul-americano, para angariar benefícios do processo de privatização comandado pelo governo Bolsonaro. O artigo avalia como a Espanha emergiu de um parceiro relativamente secundário do Brasil no século XX, para um dos maiores investidores externos



diretos no país sul-americano. Avaliamos os resultados da assinatura da Parceria Estratégica Brasil-Espanha em 2003, e os principais desafios dessas complexas relações bilaterais, que procuram manter sua identidade em relação às relações entre Brasil e União Europeia.

→ Palavras-chave

Brasil, Espanha, relações comerciais, Acordo de Livre Comércio, Jair Bolsonaro, privatizações, ideologia.

Declaração de divulgação: Nenhum conflito de interesse potencial foi relatado pelo autor.

Research article

<https://doi.org/10.46272/2409-3416-2021-9-2-48-64>

Relations between Brazil and Spain under the Bolsonaro's government

© Ana Livia Esteves, 2021

Ana Livia Esteves, journalist, correspondent, Rossiya Segodnya and Sputnik news agencies; Doctorate school of International Relations and Regional Studies, National Research University – Higher School of Economics, Moscow (Russia)

For correspondence: 124482, Moscow, Zelenograd, Nikolaya Zlobina St., 108

Received: 20.06.2021

Revised: 31.07.2021

Accepted: 10.08.2021

E-mail:
analiviaesteves@gmail.com

For citation: Esteves, Ana Livia. Relations between Brazil and Spain under the Bolsonaro's government. *Cuadernos Iberoamericanos* 9, no. 2 (2021): 48-64. <https://doi.org/10.46272/2409-3416-2021-9-2-48-64>.

→ Abstract

In this article the author examines in detail the bilateral relations between Spain and Brazil during the presidency of Jair Bolsonaro. In addition, the subject of this article is the opposition of EU governments to the environmental policies of the South American country and the disastrous policies of the Brazilian authorities in the fight against the COVID-19 pandemic. President Bolsonaro's negligence of climate change and Amazon deforestation has prompted European governments to openly oppose the ratification of the Mercosur – EU Free Trade Agreement, which was signed in 2019 after 20 years of negotiations. In May 2016, the parties agreed on reciprocal terms, resulting in signing of the agreement. It also included the exchange of goods and services, essential investments and public procurements. All this was done in the context of a global policy of protectionism amid

a weakening role of the WTO as a supporter of the trade liberalization process. Despite its success, countries such as France, Austria and the Netherlands stand against the Mercosur – EU trade deal, which can halt its ratification. The Spanish government, on the contrary, is lobbying for ratification of the agreement. Madrid, interested in benefiting from the Bolsonaro government's liberal economic policies, maintains strong ties with its South American partner. The author analyzes the transformation of Spain from a relatively irrelevant partner of Brazil in the 20th century to one of the main investors directing significant resources to the Brazilian economy. We also assess the results and challenges of the Brazil – Spain strategic partnership in a broader context of the Brazil – EU relations.

→ Keywords

Brazil, Spain, commercial relations, Free Trade Agreement, ideology

Disclosure statement: No potential conflict of interest was reported by the author.

Brasil e Espanha mantém estreitos laços econômicos desde a última década do século 20. A Espanha figura dentre os cinco principais investidores na economia brasileira, com investimentos estimados em €40 bilhões e cerca de 500 empresas operando no país sul americano. Cerca de um terço dos investimentos espanhóis na América Latina nos últimos 15 anos estão concentrados no Brasil, principalmente em setores estratégicos como telecomunicação, finanças, infraestrutura, energia e transportes¹.

Mas relações econômicas estreitas historicamente não tem sido a norma nessas relações bilaterais. As relações entre Espanha e Brasil não foram prioritárias para ambos os países durante o longo século 20, quando os baixos níveis de interação eram eufemisticamente classificados como “relações cordiais”². De acordo com o pesquisador Ayllón Pino, os laços bilaterais eram mantidos sob a égide do “eixo sentimental”, que se baseava nos traços culturais e linguísticos comuns para justificar um engajamento superficial, que pouco se traduzia em cooperação prática³.

Brasil e Espanha encontraram ambiente comum para engajamento após o processo de redemocratização brasileiro, quando Brasília abriu sua economia e buscou se integrar no processo de globalização econômica⁴.

As relações bilaterais ganharam novo impulso com a assinatura da Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, no ano de 2003. Em 2005, foi adotado o Plano de Ação da Parceria Estratégica, elemento fundamental para que as intenções se materializassem em cooperação profícua. A Parceria prevê a realização de encontros de alto nível, que se expressa em visitas como a do Presidente de Governo Mariano Rajoy à Brasília em abril de 2017, e a do então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloisio Nunes, a Madri, em outubro de 2018.

Durante esse período, Brasil e Espanha ainda se beneficiaram de encontros regulares no âmbito de foros regionais como as Cúpulas entre a Comunidade de Estados Latino-Americanos e a União Europeia, conhecidas como Cúpulas CELAC–União Europeia. A primeira cúpula que reuniu líderes de ambas as regiões foi realizada em janeiro de 2013, em Santiago do Chile. A segunda, em Bruxelas, em junho de 2015. A realização de cúpulas

1 Alonso Santos 2018.

2 Ismara Izepe de Souza, “Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936–1960)” (PhD diss., Universidade de São Paulo, 2009), 34.

3 Bruno Ayllón Pino, “Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1979–2000)” (PhD diss., Universidad Complutense de Madrid, 2004), 43.

4 Cervo and Bueno 2010, 515.

de alto nível entre as regiões remonta ao ano de 1999, quando foi realizada no Rio de Janeiro a primeira Cúpula ALC-UE, ainda antes da criação da CELAC. As cúpulas são previstas para serem realizadas a cada dois anos, mas a crise na integração latino-americana, protagonizada por escolhas políticas de governos mais à direita do espectro político na região sul americana, tem freado a realização deste tipo de encontro.

Espanha e Brasil realizaram uma revisão e atualização de sua parceria estratégica em 2012. No mesmo ano, durante a atualização do Plano de Ação da Parceria estratégica, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil detectou avanços em todas as áreas nas quais os países se dispuseram a aprofundar as relações bilaterais. Nessa ocasião, as partes optaram por criar o mecanismo de consultas periódicas, que tem o objetivo de avaliar a evolução das relações bilaterais e acelerar os diálogos políticos.

Uma das áreas nas quais os laços entre Brasília e Madri são mais evidentes é, sem dúvida, a educacional. Os países mantêm diversos convênios bilaterais entre universidades, gerando intenso intercâmbio de estudantes do ensino superior. Nessa seara, convém citar os programas Erasmus Mundus e as atividades do Grupo Tordesilhas, que enfatiza o intercâmbio na área de engenharia. Nota-se ainda o acordo para a concessão de bolsas de estudos entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Carolina. O acordo foca na modalidade graduação sanduiche, na qual o estudante realiza parte de seus estudos no Brasil e parte na Espanha, e já chegou a financiar mais de mil bolsas para estudantes brasileiros anualmente.

Durante seus anos de atuação, o programa Ciência sem Fronteiras também financiou o estudo de brasileiros na Espanha, uma vez que o país europeu foi detectado pelas autoridades brasileiras como destino prioritário. Ademais, o Ministério da Educação do Brasil, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, estuda adotar certificados mútuos para facilitar a revalidação de créditos e diplomas obtidos em universidades espanholas.

No tocante ao ensino de língua portuguesa e espanhola, o Brasil é o país com maior número de Instituto Cervantes no mundo, com oito sedes. Por outro lado, a Casa do Brasil em Madri, que é um órgão de promoção da língua portuguesa e cultura brasileira ligado ao governo federal em Brasília, registra mais de mil matrículas anuais, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O Brasil demonstra particular interesse em avançar a cooperação educacional em áreas como nanotecnologia. Em 2017, foi realizada a I Reunião da Comissão Conjunta Brasil-Espanha nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação para avançar projetos nesta seara. A Comissão promoveu a realização do importante projeto do cabo submarino Ellalink, que liga a América do Sul à Europa.

A cooperação entre Brasília e Madri foi propulsora do projeto inaugurado em junho de 2021, que instalou o primeiro cabo submarino de fibra ótica entre as regiões. O cabo possui cerca de 6 mil quilômetros de extensão, e conecta as cidades de Sines, em Portugal, à Fortaleza, no estado brasileiro do Ceará.

O projeto possibilitará o tráfego de mais de 72 terabits por segundo, o que é essencial para a manutenção e aceleração do intercâmbio de informações entre a América do Sul e a Europa. O projeto custou cerca de 150 milhões de euros (aproximadamente R\$924 milhões). O governo brasileiro fez aporte direto de recursos no montante de 8,9 milhões de euros (R\$54,8 milhões).

A cerimônia de inauguração do Ellalink, no entanto, revela sinais preocupantes quanto ao atual estágio das relações entre Brasil e União Europeia durante o governo Jair

Bolsonaro. Apesar da presença do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil, Marcos Pontes, no evento, o Brasil não foi citado pelos seus parceiros europeus como país relevante para a viabilização do projeto. A inauguração contou com outras lideranças relevantes para a manutenção das relações inter-regionais, como o primeiro-ministro de Portugal, António Costa, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Apesar dos percalços no âmbito europeu, a parceria em ciência e inovação entre Espanha e Brasil se mantém. A área de nanotecnologia está assistida por projeto que reúne instituições como a Agência Estatal de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (AEI) da Secretaria de Estado de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (SEIDI), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (CDTI), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o centro tecnológico da empresa petrolífera espanhola REPSOL, a Fundação do Conselho Brasil-Espanha (FCEB), e demais universidades brasileiras e espanholas.

Outra área de destaque na Parceria Estratégica Brasil-Espanha é a de Defesa. Em 2010, os países selaram seu primeiro acordo específico na área, que foi seguido por acordo de aproximação das indústrias de defesa de cada país, em 2012.

A Força Aérea Brasileira adquiriu aeronaves espanholas para incrementar suas operações na Amazônia e conta com empresas da Espanha em seu projeto de modernização de aeronaves previamente adquiridas pela Aeronáutica. O Exército brasileiro também adquiriu tecnologia militar espanhola, quando da compra de simuladores de artilharia produzidos na Espanha. Além das compras militares, as Forças Armadas de ambos os países realizam programas de intercâmbio para a qualificação profissional de seus militares.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil inaugurou, em 2012, uma adidância policial em sua Embaixada em Madri. A representação brasileira na Espanha é uma das poucas a contar com esse cargo, que foi criado para acelerar os esforços no combate à ilícitos transnacionais. Uma das atuações prioritárias da adidância Policial em Madri foi garantir o cumprimento dos acordos de cooperação judicial entre as partes, que permite o intercâmbio de provas, informações e sentenças.

A cooperação entre Brasil e Espanha na área policial e jurídica foca em áreas como tráfico de drogas e de pessoas. A Espanha já figurou como um dos principais destinos de mulheres e meninas brasileiras traficadas. Os esforços tem surtido efeito, uma vez que o número de mulheres brasileiras traficadas para a Espanha diminuiu em 2020, de acordo com os dados referentes aos anos de 2017 e 2020, publicados em julho de 2021 no Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

O incremento do pessoal da Embaixada do Brasil em Madri é também um reflexo do número significativo de brasileiros que residem na Espanha. Atualmente, cerca de 80 mil brasileiros residem na Espanha, de acordo com o Itamaraty, o que é um número inferior aos registrados nos picos de imigração brasileira para o país europeu, registrado durante a década de noventa.

A questão da migração entre Brasil e Espanha esteve no centro do debate público em diversas ocasiões, principalmente em função de alegados maus tratos a brasileiros em aeroportos espanhóis. Existe uma percepção por parte da opinião pública e da mídia brasileira de que haveria uma contradição entre o interesse do capital espanhol em investir no Brasil e o trato inadequado que cidadãos brasileiros recebem em solo espanhol.

Em 2008, eclodiu uma crise diplomática entre Brasil e Espanha por causa da questão migratória. O alto número de deportações injustificadas de brasileiros de aeroportos

espanhóis levou o então ministro das Relações Exteriores do Brasil a optar pela adoção de medidas recíprocas. Apesar de Brasil e Espanha não exigirem vistos para a entrada de nacionais nos seus respectivos territórios, Brasília passou a exigir documentação adicional de cidadãos espanhóis em território brasileiro.

A crise não foi totalmente superada durante os anos de 2008 e 2012, quando uma nova alta injustificada de deportações de brasileiros da Espanha levou o Brasil a retaliar. Uma decisão da então presidenta Dilma Rousseff levou ao aumento das exigências de documentos a serem apresentados por espanhóis em aeroportos brasileiros.

A situação se agravou após o então secretário espanhol de Assuntos Externos, Gonzalo de Benito, realizar declarações durante em entrevista ao jornal brasileiro "O Estado de São Paulo", que sugeriam não ser razoável que um brasileiro entrando em território espanhol fosse considerado igual a um espanhol entrando em território brasileiro.

Segundo ele, "cada país pode colocar as condições que quiser para a entrada de pessoas em seu território. Mas entendemos que, diante do conjunto das relações que temos com a América Latina – e em especial com o Brasil –, não se justifica que espanhóis tenham restrições à entrada que vão além do normal e do que tínhamos até agora".

A crise foi especialmente mal recebida pelo público brasileiro uma vez que, entre 2011 e 2012, o Brasil passou a ser receptor de mão de obra imigrante espanhola, e não o contrário. Em contexto de crise econômica na Zona do Euro e de crescimento econômico no Brasil, o fluxo de imigrantes entre Brasil e Espanha se inverteu. Em 2011, a Espanha registrou pela primeira vez em 30 anos maior saída de seus nacionais do país do que entrada de estrangeiros. No mesmo ano, o Brasil registrou alta de 57% na entrada de trabalhadores estrangeiros no país, advindos sobretudo de países como Portugal e Espanha.

A crise de 2012, no entanto, gerou um resultado positivo, uma vez que as autoridades de Brasil e Espanha foram levadas a negociar a questão migratória. A Espanha tinha interesse que o Brasil retirasse as novas exigências a espanhóis em aeroportos brasileiros –que para os padrões do Brasil eram bastante restritivas e incluíam a necessidade de apresentação de carta convite em alguns casos– e o Brasil solicitava garantias de que deportações injustificadas de brasileiros não fossem realizadas nos aeroportos espanhóis.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a partir de 2012 foi detectado de fato uma queda no número de cidadãos brasileiros inadmitidos em aeroportos na Espanha. Além disso, o Serviço Migratório espanhol teria melhorado as condições de detenção de viajantes retidos em território espanhol.

Apesar dos avanços nas áreas supracitadas, a tônica das relações entre Brasil e Espanha é a área econômica, em especial no tocante à investimentos externos diretos feitos pela Espanha no Brasil.

Empresas espanholas investiram no Brasil pela primeira vez durante o processo de privatização do setor de aço, conduzida pelo governo Collor de Mello (1990-1992). Durante a era Cardoso (1995-2003), os investimentos diretos espanhóis no Brasil se aceleraram, com a entrada de empresas como a Endesa ou a Iberdrola, ambas do setor de eletricidade, e como a Repsol e Gas Natural Fenosa, do setor de energia.

No entanto, a empresa espanhola que teve maior impacto junto ao público brasileiro e, portanto, na imagem da Espanha no Brasil, foi a Telefonica, que entrou no mercado nacional em 1998, durante a privatização do setor de telecomunicações. Atualmente, a empresa mantém mais de 95 milhões de clientes no país, responsáveis por 21% dos lucros anuais auferidos pela companhia.

O estreitamento dos laços econômicos entre Madri e Brasília está, portanto, intrinsicamente ligado à privatização de empresas nacionais brasileiras. Esse padrão é mantido até os dias de hoje, quando a privatização e concessões promovidas pelo governo Bolsonaro reascendem o interesse mútuo nas relações bilaterais.

Em visita ao Brasil realizada entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 2020, a Secretária de Estado de Comércio do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo da Espanha, Xiana Bértolo, expressou o interesse de Madri em participar dos programas de privatização brasileiros, em especial nos setores de infraestrutura, telecomunicações e energia.

Na ocasião, a secretária elogiou as reformas econômicas conduzidas por Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, dizendo tratar-se de “um sinal de que o Brasil estava dando os passos corretos e tomando decisões corajosas”¹.

Essa mensagem encorajadora contrasta com as diferenças ideológicas entre o primeiro-ministro e secretário geral do Partido Socialista da Espanha, Pedro Sánchez, e o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, um político associado à extrema direita².

Em junho de 2020, o primeiro-ministro espanhol não convidou Bolsonaro para participar de uma reunião com líderes latino-americanos dedicada a inaugurar a iniciativa “juntos por uma resposta latino-americana à COVID-19”, capitaneada pela Espanha, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Além disso, a família Bolsonaro nutre laços com o partido de extrema direita espanhol Vox, que empreendeu iniciativa para tentar retirar Sanchez do cargo, a partir da imposição de voto de não confiança no parlamento espanhol, em outubro de 2020.

Naquele mesmo mês, o filho do presidente brasileiro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, se reuniu com a liderança do partido Vox, em particular com o congressista Santiago Abascal, para selar uma aliança internacional entre partidos de extrema direita denominada “Carta de Madri”.

Portanto, observamos a convivência de dois fatores aparentemente conflitantes nas relações entre o Brasil e a Espanha: se por um lado existe grande interesse e afinidade entre os governos na agenda econômica, o espectro político tende a frear iniciativas bilaterais em outras áreas.

Acordo Mercosul-União Europeia. Apesar desta diferença ideológica no alto escalão dos governos de Brasil e Espanha, executivos e líderes corporativos de ambos os países mantém laços estreitos.

O principal assunto da agenda bilateral é a ratificação do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, assinado em 2019 após quase 20 anos de negociações entre os blocos.

O documento é considerado um acordo de categoria mista, que, conforme a legislação europeia, demanda tanto a ratificação das instituições supranacionais, quanto a de cada Estado Nacional em particular³.

O governo brasileiro tem sido alvo de críticas interna e externamente por sua política ambiental, que deliberadamente fragiliza a capacidade do Estado de mitigar a emissão de gases de efeito estufa, o desflorestamento e outras medidas necessárias ao combate às mudanças climáticas⁴.

1 “Secretária de Comércio da Espanha elogia reformas no Brasil: passos certos,” Portal UOL, accessed June 15, 2021, <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2019/12/10/secretaria-de-comercio-da-espanha-elogia-reformas-no-brasil-passos-certos.htm>.

2 Bobbio et al. 1999, 99.

3 Сидоренко 2020, 55.

4 Carlos Malamud, “¿Qué política exterior tendrá Brasil?,” Real Instituto Elcano, accessed May 23, 2021, <https://clck.ru/YnAUv>.

Esse tema mobilizou a sociedade civil europeia contra o governo de Bolsonaro, notadamente em países como a França, que se opõe publicamente à ratificação do acordo com o Mercosul ao longo dos anos

As negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia foram lançadas em 1999. O principal obstáculo para as negociações foi a dificuldade do Mercosul em apresentar uma oferta que cobrisse 90% do universo tarifário, o patamar mínimo estabelecido pela Comissão Europeia para proceder com negociações deste teor. Do lado europeu, a dificuldade esteve sempre centrada na relutância em fazer concessões sobre o acesso ao seu mercado agrícola, em função da Política Agrícola Comum europeia (CAP, na sigla em inglês).

A CAP consiste em um conjunto de normas e regulações que garantem subsídios à produção agrícola dos países membros da União Europeia. Prevista no Tratado de Roma de 1952 e adotada a partir de 1962, a política visa garantir fornecimento regular de produtos agrícolas e proteger a renda dos agricultores do bloco. A política é considerada de alto custo: em 2010 ela abarcou 47% do orçamento do bloco¹.

Dada a importância do Acordo Mercosul-União Europeia para a análise do atual estágio das relações bilaterais entre Brasil e Espanha, apresentamos um breve histórico do processo negociador birregional.

Breve histórico das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia.

As negociações do Acordo Mercosul-União Europeia foram lançadas na ocasião da assinatura em Madri do Acordo Quadro de Cooperação inter-regional de dezembro de 1995. O Acordo Quadro se baseia em três pilares: Diálogo político, cooperação, comércio e investimentos. O Acordo Quadro propõe explicitamente a criação de uma zona de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

O contexto da assinatura do Acordo Quadro era de grande entusiasmo internacional por acordos de livre comércio e pela liberalização comercial de maneira geral. Na Europa, a conclusão das difíceis negociações da Rodada Uruguai em 1994 e o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio foi interpretada como o início de uma nova era mundial de liberalização comercial. Além disso, queda da União Soviética e o desaparecimento do bloco socialista abria mais uma fronteira para a expansão comercial europeia.

Na América Latina, o fim do período sombrio das ditaduras militares, também relacionado ao contexto mais amplo do fim da Guerra Fria, foi seguido por um período de entusiasmo em relação à globalização econômica e ao neoliberalismo. O modelo econômico baseado no chamado "Consenso de Washington", desenvolvido por economistas da Universidade de Chicago, foi adotado em grande medida por diversos governos da região, inclusive o Brasil. A própria criação do Mercosul, em 1991, está inserida nesse contexto de amplo apoio à agenda da liberalização comercial na região.

No tocante aos três pilares do Acordo Quadro de 1995, podemos argumentar que, enquanto o pilar do diálogo político foi incluído no acordo por ser uma demanda tanto da parte mercosulina, quanto da parte europeia, o pilar da liberalização comercial era uma exigência particularmente cara à União Europeia.

Com o fim da Guerra Fria, os europeus tinham interesse em exportar o seu modelo para outros projetos regionais de integração, que proliferavam globalmente. O fim da bipolaridade gerou expectativa de que um possível arranjo internacional global seria baseado em acordos supranacionais sólidos, liderados pela União Europeia. A liderança europeia seria legitimada pelo pioneirismo e relativo sucesso de sua experiência institucional.

1 "The EU Budget 2010," Publications Office of the European Union, accessed June 9, 2021, <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c8206979-cc09-4bd4-9bb6-278f7733d5e9>.

Nesse sentido, a União Europeia nutria o interesse de se engajar em diálogos inter-regionais com instituições como o Mercosul, a fim de influenciar o seu processo de desenvolvimento institucional como bloco econômico.

Apesar disso, a presente pesquisa revela que o engajamento europeu no diálogo inter-regional não é necessariamente a norma. A União Europeia tem reservas quanto ao engajamento com a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que reúne 11 países do espaço da antiga União Soviética, como um bloco unificado, e tem mostrado pouca consistência no tocante à escolha dos seus interlocutores intergovernamentais.

Os países do Mercosul, por sua vez, encontravam-se em contexto de intensa liberalização econômica, no qual demandavam a cooperação com países desenvolvidos, especialmente em áreas como ciência e tecnologia.

Desde a Grande Depressão de 1929, que teria colocado fim à ordem econômica liberal erguida no século dezanove, a América Latina elaborou concepções próprias acerca de acordos de livre comércio que tiveram consequências profundas na adoção do modelo de desenvolvimento econômico da países do Mercosul, em particular da Argentina e do Brasil, visando acelerar o processo de industrialização. Esse tema será tratado em mais detalhes neste presente artigo, mas por ora é suficiente dizer que os países do Mercosul foram capazes de desenvolver uma indústria nacional relativamente complexa e diversificada.

Apesar do relativo sucesso em atender às demandas de seus respectivos mercados internos, essas indústrias não são competitivas internacionalmente em termos de preços e produtividade. Logo, em um contexto de liberalização econômica dos anos 90, os países do Mercosul demandavam tecnologia industrial e atualização científica.

Durante as negociações do Acordo Quadro, os europeus responderam positivamente às demandas por cooperação tecnológica colocadas pelos países do Mercosul. Em troca, a União Europeia, solicitou a inclusão do tema investimentos no acordo.

Os países europeus já haviam expressado desejo de negociar temas ligados a investimentos durante a Rodada Uruguai, mas foram obrigados a restringir as suas ambições em função da oposição de países em desenvolvimento. Consequentemente, durante a Rodada Uruguai as partes acordaram a elaboração e assinatura do Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS, na sigla em inglês), que cobre somente as medidas que possam afetar o comércio de bens.

Durante as negociações com o Mercosul, a União Europeia ambicionava elaborar acordo mais abrangente na área de investimentos do que o TRIMS, que poderia ser utilizado de base para futuras negociações multilaterais na área.

Os países do Mercosul, por sua vez, estavam engajados em privatizações amplas de setores-chaves de suas economias nacionais. Países europeus figuravam entre os principais candidatos à compradores dessas empresas, logo os países do Mercosul tinham interesse em negociar o tema investimentos e prover garantias a potenciais investidores europeus.

Apesar do fato de que, como veremos, nenhum acordo específico na área de investimentos foi assinado entre Mercosul e União Europeia, países como Espanha e Portugal conseguiram se beneficiar do processo de privatização brasileiro.

O início do processo negociador do Acordo de Livre-Comércio entre União Europeia e Mercosul foi em 1999, durante Cúpula Mercosul-União Europeia celebrada no Rio de Janeiro. As partes criaram o Comitê de Negociações Birregional (CNB). O Comitê criou três grupos de trabalho: o primeiro ficou encarregado de estudar o comércio de bens entre

os blocos, questões relacionadas à acesso a mercados, a procedimentos tarifários, licenças de importação, regras de origem e controle de qualidade. O Segundo grupo tratou de temas de investimentos, fluxo de capital, propriedade intelectual e patentes. O terceiro se ocupou da regulação de competição e elaboração de mecanismos de solução de controvérsias.

Na primeira rodada de negociações, duas trocas de oferta foram realizadas: a primeira em 2000 e a segunda em 2004. No que se refere especificamente à primeira troca de ofertas, os países do Mercosul tinham grande vontade política de selar o acordo com os europeus. Brasil e Argentina enfrentavam séria crise financeira e demandavam moeda forte e capital externo para financiar suas respectivas recuperações econômicas.

No entanto, ambas as partes consideraram a primeira troca de ofertas um fracasso. A oferta europeia em produtos agrícolas classificou como “bens sensíveis”, isto é, bens que deveriam ser excluídos da liberalização, diversos produtos nos quais o Mercosul tem vantagem comparativa na produção, como açúcar, carne bovina, carne de aves, cereais, arroz, azeites, produtos lácteos e frutas processadas. Os pescados seriam liberalizados somente se os países do Mercosul autorizassem países europeus a pescar em suas águas territoriais. Portanto, ainda que a oferta da União Europeia em bens industriais tenha sido considerada substancial, a oferta em produtos agrícolas foi considerada muito aquém da aceitável.

Por outro lado, a oferta apresentada pelo Mercosul não cobriu a taxa mínima aceitável pela União Europeia de 90% do universo tarifário. A proposta mercosulina cobria 87% dos bens comercializáveis. A taxa mínima aceita pela Europa é calculada com base no artigo XXIV do acordo GATT 1994, que define Acordo de Livre Comércio como aquele com cobertura tarifária acima de 90%.

Além disso, os países do Mercosul não realizaram ofertas substanciais em temas como compras governamentais. Países como o Brasil preferiam aguardar os resultados da Rodada Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em relação a esse tema, antes de encetar negociações com os europeus.

Apesar das frustrações iniciais das partes, uma segunda troca de ofertas foi estipulada para o ano de 2004. Nesse contexto, a liderança europeia tinha mais interesse em finalizar um acordo com o Mercosul para manter a sua influência no Cone Sul, frente ao sucesso com o qual os EUA negociavam a Área de Livre Comércio entre as Américas, a chamada ALCA. A Europa não tinha interesse em repetir o cenário mexicano: após a assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês) entre México, Canadá e Estados Unidos da América, a União Europeia perdeu espaço significativo no mercado mexicano em função de desvio de comércio.

A troca de ofertas de 2004 foi largamente considerada infrutífera, gerando a paralisação do processo negociador. A União Europeia apresentou uma oferta geral que cobria 92% dos bens comercializáveis, portanto atendendo às exigências do artigo XXIV do GATT 1994. A maioria dos 10.427 produtos classificados pela NC8 teriam suas tarifas gradualmente reduzidas até atingir 0% e, portanto, liberalização total. Por outro lado, 122 produtos teriam preferência fixa na faixa dos 20% a 50% de tarifas aduaneiras, e, portanto, nunca atingiriam total liberalização, e 21 produtos foram considerados “sensíveis”, logo excluídos do processo de abertura.

Para incluir produtos agrícolas na sua oferta, a União Europeia optou por utilizar o sistema de cotas tarifárias. O Acordo Agrícola selado no âmbito da Rodada Uruguai em 1995, que se encontra atualmente sob os auspícios da Organização Mundial do Comércio (OMC),

estabeleceu regras tímidas para a liberalização de produtos agrícolas. O acordo permite o uso de cotas tarifárias, que permitem a importação preferencial de uma quantidade específica do produto em questão. Os volumes adicionais ficam sujeitos à tarifa extracota, que normalmente garante níveis significativos de proteção comercial.

A União Europeia já havia feito uso do sistema de cota para regular a importação de produtos agrícolas oriundos de países do Mercosul (como ainda o faz), mas em 2004 ofereceu cotas adicionais para 249 produtos, incluindo o etanol, carne bovina, carne de aves, carne suína, milho e alho. A oferta europeia incluía uma provisão, de acordo com a qual cotas adicionais seriam fornecidas em futuras negociações após a conclusão da Rodada Doha, estabelecendo uma correlação entre as negociações intrabloco e as negociações multilaterais.

Os Estados membros do Mercosul, no entanto, consideraram as cotas insignificantes. O argumento central defendia que os produtos nos quais o Mercosul de fato tinha chances de exportar para o mercado europeu receberam cotas muito baixas. Portanto, qualquer aumento de volume de exportação seria irrisório. Outra frustração teria sido com algumas tarifas intracota –aquelas que são aplicadas aos produtos exportados dentro da cota tarifária– que seriam muito altas, em alguns casos atingindo 48,8%. Além do mais, as tarifas extracota eram significativas, variando de 18,2% a 107%.

O lado europeu também considerou a oferta de 2004 do Mercosul inaceitável. A cobertura tarifária de produtos, que havia atingido 87% em 2000, caiu para 77% e excluiu o setor automotivo. Novamente, a União Europeia considerou a oferta mercosulina em compras governamentais e serviços como insuficiente. A frustração mútua levou à pausa nas negociações birregionais.

Em 2010, durante a Cúpula Mercosul-União Europeia celebrada em Madri, as partes decidiram retomar as negociações do acordo. O Mercosul aceitou submeter uma oferta que se aproximasse dos 90% de cobertura tarifária, e que incluísse compras governamentais e o setor automotivo. A União Europeia, por sua vez, aceitou incluir uma maior gama de produtos e aumentar de forma significativa as cotas adicionais. Ambas as partes concordaram em incluir temas de comércio que não estavam inicialmente previstos nas negociações, como desenvolvimento sustentável e pequenas e médias empresas.

Em maio de 2016, as partes realizaram a primeira troca de ofertas desde 2004, que, eventualmente levaria à assinatura do acordo. A oferta incluiu bens, serviços, investimentos e compras governamentais. A troca de ofertas foi realizada em contexto particularmente favorável, em função da chegada de governos com inclinações neoliberais na América do Sul, de uma tendência protecionista global no que tange ao comércio internacional e, por fim, do esvaziamento da Organização Mundial do Comércio como instituição promotora da liberalização comercial.

Conclusão das negociações e assinatura do Acordo: Após anos de negociações infrutíferas, o fim da chamada “onda rosa” de governos de esquerda na América do Sul a partir de 2014 trouxe esperanças quanto à assinatura do acordo com o bloco europeu¹.

Os governos de esquerda da região –em especial o governo Kirchner na Argentina e o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil– eram considerados nacionalistas do ponto de vista econômico e, portanto, menos afeitos a realizar as concessões necessárias para selar o acordo com a UE.

Em novembro de 2015, Mauricio Macri venceu as eleições presidenciais na Argentina, impondo um *inter regno* ao domínio da esquerda, que estava no poder desde 2003. Em outubro de 2016, um processo jurídico parlamentar controverso levou à

queda da presidenta brasileira, Dilma Rousseff. Seu vice-presidente, Michel Temer, denunciou publicamente a política econômica do governo que ele representava. No Paraguai, o governo de tendências esquerdistas de Fernando Lugo também foi retirado do poder, ainda em 2012, por via de processo legal questionável.

Como resultado das mudanças de governo, 3 dos 4 países membros do Mercosul modificaram sua posição negociadora no tocante ao acordo de livre comércio com a União Europeia. Os então recém-empossados governos sul americanos estavam preparados para fazer sérias concessões à Europa, a fim de demonstrar seu empenho em destravar essas complexas negociações.

Ademais, após o desgaste institucional sofrido pelo Mercosul, em função da suspensão da participação da Venezuela em 2017, o bloco ansiava por demonstrar coesão e capacidade inovadora.

Diferenças conceituais sobre os benefícios do comércio internacional entre a América Latina e a Europa. As concepções acerca dos benefícios e prejuízos auferidos pela assinatura de tratados de livre comércio divergem de forma significativa entre as escolas europeias e latino-americanas de economia política. Essas diferenças conceituais desempenharam papel relevante durante as negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

As origens das concepções tradicionais europeias sobre o comércio internacional remontam às políticas mercantilistas, preponderantes entre os séculos 16 e 18 no velho continente. Essa política se caracteriza, sobretudo, pela busca do superávit comercial. Essa estrutura foi essencial para a elaboração das práticas comerciais durante o período colonial, em particular durante a ocupação das Américas¹, e encarava o comércio internacional como um jogo de soma zero.

Os debates sobre essas práticas evoluíram com o trabalho de economistas como o inglês David Ricardo e polidas a partir das concepções dos economistas Hersher e Olin, que forneceram um quadro mais complexo acerca do comércio internacional, que passa a ser encarado como uma prática mutuamente benéfica às partes envolvidas.

O argumento central desta perspectiva é a de vantagens comparativas. De acordo com essa perspectiva, países devem se especializar na produção de bens que demandem fatores de produção que possuam em abundância². O modelo de comércio internacional baseado nas vantagens comparativas ainda é predominante nas posições negociadoras de países centrais, quando em negociação sobre acordos de livre comércio com países em desenvolvimento.

A escola latino-americana, por sua vez, concebeu uma concepção alternativa sobre comércio internacional. A sua base encontra-se nos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas (CEPAL). Seu membro notório, Raul Prebisch, elaborou a tese de deterioração dos termos de troca, que mudou a concepção de camada influente de intelectuais da região sobre a correlação entre desenvolvimento e livre comércio³.

Prebisch argumentou que o crescimento econômico leva à alta na demanda por bens manufaturados e à estagnação na demanda por bens agrícolas. O aumento da demanda por bens com maior valor agregado leva ao aumento do preço dos mesmos, enquanto os preços dos produtos agrícolas se manteriam estagnados. Essa determinante forçaria os países produtores de mercadorias básicas a investir parcelas cada vez maior de sua riqueza para suprir sua demanda por produtos manufaturados. Portanto, as trocas

1 Hobsbawm 1954, 39.

2 Krugman and Obstfeld 2006, 38.

3 Couto 2007, 57.

comerciais entre países produtores de produtos agrícolas e países produtores de bens manufaturados seria essencialmente desigual e deletéria ao país produtor de bens básicos¹.

Essa concepção alerta para a necessidade do desenvolvimento industrial nas economias periféricas. Como resultado, testemunhamos a elaboração de políticas de substituição de importações em países como o Brasil e a Argentina durante parte significativa do século 20².

Essas políticas atingiram o objetivo de garantir o desenvolvimento de parques industriais na região capazes de suprir parcialmente a demanda interna por produtos manufaturados. No entanto, o parque industrial desenvolvido não foi capaz de competir com aqueles dos Estados Unidos e dos países europeus em termos de produtividade. Esta situação perdura até os dias de hoje.

Consequentemente, os setores industriais de países como Brasil, Argentina e Paraguai são relutantes em selar acordos de livre comércio com economias desenvolvidas, uma vez que teriam dificuldade em competir com seus pares do norte global.

Por outro lado, representantes do setor do agronegócio dos países do Mercosul, que é bastante competitivo internacionalmente, advogam por avançar a liberalização comercial e garantir acesso aos mercados consumidores dos países desenvolvidos, ainda que à revelia de seus setores industriais nacionais.

A parte europeia, por sua vez, está preocupada sobretudo com a manutenção da alta qualidade de sua produção e nível de vida, sem perder a competitividade internacionalmente.

Quando a União Europeia impõe padrões de qualidade à sua própria indústria, a fim de atender a preocupações sociais acerca da saúde e meio ambiente, faz-se mister que esses padrões sejam impostos mundialmente, para que a indústria europeia não perca sua internacional. Nesse contexto, durante a negociação de tratados de livre comércio, a Europa prioriza a exportação não só de seus produtos, mas também de seus padrões produtivos.

Posição dos Estados Membros da União Europeia sobre a ratificação do acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia. O tema mais sensível em relação à ratificação do acordo, do ponto de vista europeu, é a lista de "produtos agrícolas sensíveis" e a alta competitividade do setor agropecuário do Mercosul.

A França é o Estado-membro da União Europeia mais vocal em sua oposição à ratificação do acordo. Paris obtém o apoio de países como Polónia, Áustria, Grécia, Irlanda, Hungria, Lituânia, Estónia, Letónia, Chipre, Eslovénia e Luxemburgo neste pleito. Juntos, esses estados enviaram carta à Comissão Europeia, declarando que as concessões feitas ao Mercosul no tocante aos "produtos agrícolas sensíveis" seriam uma afronta aos agricultores europeus.

Por outro lado, o principal defensor do acordo com o Mercosul é a Espanha, acompanhada de países como Alemanha, Itália, Portugal, Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, Suécia, República Tcheca e Malta.

De acordo com a pesquisadora Leslie E. Wehner, "enquanto a Espanha é um dos principais promotores do acordo de livre comércio com o Mercosul, em função de seus investimentos na América Latina, ela também advoga pela manutenção de barreiras no tocante à temas agrícolas. Agricultores de Espanha e Mercosul produzem produtos similares, como tomates, abacates e carne bovina, dentre outros. Portanto, a progressiva redução tarifária nessa área criaria um aumento de custos para os agricultores espanhóis, uma vez que o Mercosul possui vantagens comparativas. No entanto, a Espanha está aberta para negociar essa área temática, dados os possíveis

ganhos que o acordo de livre comércio traria em outras áreas chave, como o setor financeiro, de telecomunicações e energia”¹.

Em 2017, o primeiro ano após a chamada “onda rosa” de governos de esquerda no Mercosul, o negociador chefe da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, declarou que o Conselho Europeu e a Comissão iriam pressionar pela adoção do tratado de comércio, ainda que à revelia das preocupações do grupo de países liderado pela França.

“Esse será o acordo de livre comércio mais importante em termos de volume. Nós vamos continuar fazendo o possível para concluir as negociações com o Mercosul até o fim deste ano. É importante. Nós subestimamos a importância do Mercosul para a União Europeia”, versou Juncker em declaração oficial².

Não obstante, a União Europeia é uma instituição complexa, cuja elaboração de políticas não se resume ao modelo intergovernamental clássico. Muitos grupos multinacionais e grupos lobistas internacionais defendem seus interesses em Bruxelas, à revelia de seus Estados nacionais.

O principal grupo de interesse que se posiciona contra o acordo de livre comércio é o COPA-COGECA, sediado em Bruxelas, que reúne as principais organizações agrícolas da União Europeia em defesa da Política Agrícola Comum.

Por outro lado, o principal grupo de interesse que advoga em favor do acordo são aqueles engajados em investimentos diretos internacionais nos países do Mercosul. Desde 1990, a Europa se tornou o principal investidor internacional na região sul-americana, ultrapassando os Estados Unidos da América. Os principais setores desses investimentos são transporte, telecomunicações, energia e o setor bancário.

Como exposto, em 2019 o acordo de livre comércio foi finalmente assinado, baseado nas concessões realizadas durante os anos de Macri-Temer no Brasil e na Argentina, que diminuíram sobremaneira as exigências de acesso à mercados agrícolas do Mercosul em relação ao seu parceiro europeu.

No entanto, a ratificação do acordo segue pendente. Com o sentimento protecionista em alta globalmente e a desconfiança em relação às políticas do atual governo brasileiro, chefiado por Jair Bolsonaro, a ratificação do tratado encontra-se seriamente ameaçada.

Espanha: o principal advogado do acordo Mercosul-União Europeia. Após reunião entre o Secretário Geral do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Otavio Brandelli, e a Secretária de Comércio da Espanha, Xiana Bértolo, em dezembro de 2020, a representante espanhola declarou o apoio de seu país à ratificação do acordo.

Madri reconhece que o acordo pode não ser aprovado, caso seu texto seja submetido à análise do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu no seu formato atual. No entanto, a Espanha rechaça a utilização do desflorestamento na Amazônia como pretexto para a reabertura das negociações.

O principal argumento esposado por Madri é que o texto atual do acordo de livre comércio prevê mecanismos para garantir o cumprimento de políticas de meio ambiente por parte do Brasil³.

O acordo, de fato, prevê um mecanismo de controle que pode ser acionado em caso de suspeita de que produtos exportados para a União Europeia estejam favorecendo

1 Leslie Wehner, “The EU and the US competing for Mercosur – Trade strategies and political goal” (MA diss., Lund University, 2005), 22.

2 Carlo Motta, “European Commission determined to conclude EU-Mercosur trade deal this year despite French concerns,” *European Sting*, October 24, 2017, <https://europeansting.com/2017/10/24/european-commission-determined-to-conclude-eu-mercursos-trade-deal-this-year-despite-french-concerns/>.

3 Daniel Rittner, “A Visão Espanhola do Acordo EU-Mercosul,” *Valor Econômico*, December 4, 2020, <https://valor.globo.com/brasil/coluna/a-visao-espanhola-do-acordo-ue-mercursos.ghtml>.

o desflorestamento no Brasil. Nesse caso, as partes devem se engajar em período de consultas, e um comitê de especialistas deve ser criado para avaliar o caso específico. Essas medidas podem levar, inclusive, ao congelamento das preferências tarifárias e aumentos de cotas concedidas ao Brasil pelo acordo de livre comércio.

Em 11 de novembro de 2020, a Espanha enviou carta ao Presidente Executivo Adjunto da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, na qual rejeita a ideia de cancelamento da ratificação do acordo de livre comércio e expressa apoio ao texto em seu estado atual. Ministros de oito países europeus assinaram a carta, a saber, Portugal, Itália, Dinamarca, Suécia, Finlândia, República Tcheca, Estônia e Letônia¹.

Ao abraçar a defesa do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, a Espanha está fazendo uma concessão retórica às preocupações ambientais de seus pares europeus, enquanto de fato nega a possibilidade de reabertura do processo negociador para reforçar as garantias ambientais do tratado.

De forma análoga, ao posicionar-se ao lado de Brasília para assegurar que não perderá oportunidades de negócios durante o processo de privatizações brasileiro, a política externa espanhola não parece preocupada com a retórica extremista do governo de Jair Bolsonaro – pelo menos não na prática.

→ Referências / References

Окунева, Л.С. Бразилия на путях углубления правого курса // *Iberoamerica*. – 2019. – №4. – С. 48.
Okuneva, L.S. "Brasil consolida su rumbo a la derecha." *Iberoamerica* 4 (2019): 44–62.

Сидоренко Т.В. Торговое соглашение ЕС – МЕРКОСУР как инструмент продвижения интересов национального бизнеса // *Iberoamerica*. – 2020. – №2. – С. 55.

Sidorenko, T.V. "El acuerdo comercial entre la Unión Europea y el Mercosur como medio de Promoción de los negocios nacionales." *Iberoamerica* 2 (2020): 50–55.

Alonso Santos, José Luis. "Relaciones comerciales entre España y Brasil. Las exportaciones de España en el siglo XXI." *Revista de Estudios Brasileños* 9 (2018): 11–28. <https://doi.org/10.3232/REB.2018.V5.N9.3440>.

Bobbio, Norberti, Nicola Matteucci, e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política* [Policy Dictionary]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. [In Portuguese]

Cervo, Amado Luiz, e Bueno Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. [History of Brazil's foreign policy]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. [In Portuguese]

Couto, Joaquim Miguel. "O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch" [Raúl Prebisch's developmental thinking]. *Economia e Sociedade* 1 (2007): 45–64. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100003>.

De Lima e Silva, Julio Castro Alves, Luiz Carlos Delorme Prado, e Julia Ferreira Torracca. "Um novo olhar sobre um antigo debate: A tese de Prebisch-Singer é, ainda, válida?" [A new look at an old debate: Is Prebisch-Singer's thesis still valid?]. *Economia Aplicada* 20 (2016): 203–226. <http://dx.doi.org/10.11606/1413-8050/ea133870>. [In Portuguese]

Hobsbawm, Eric. "The General Crisis of the European Economy in the 17th Century," *Past & Present*, 5 (1954): 33–53. <https://doi.org/10.1093/past/5.1.33>.

Krugman, Paul, and Maurice Obstfeld. *International Economics: Theory and Policy*. London: Pearson, 2006.

<https://doi.org/10.46272/2409-3416-2021-9-2-48-64>

Отношения между Бразилией и Испанией при правительстве Болсонару

© А.Л. Эстевес, 2021

Ана Ливия Эстевес, журналист, сотрудник информационных агентств «Россия Сегодня» и «Спутник»; магистр международных отношений
Для корреспонденции: 124482, Россия, Зеленоград, ул. Николая Злобина, 108

E-mail: analiviaesteves@gmail.com

Статья поступила в редакцию: 20.06.2021

Доработана после рецензирования: 31.07.2021

Принята к публикации: 10.08.2021

Для цитирования: Эстевес, А.Л. Отношения между Бразилией и Испанией при правительстве Болсонару. *Иberoамериканские тетради*. 2021, 9(2): 48-64. <https://doi.org/10.46272/2409-3416-2021-9-2-48-64>.

→ Аннотация

Автор подробно рассматривает содержание двусторонних отношений Бразилии и Испании в период правления президента Бразилии Жаира Болсонару. Важными исследовательскими аспектами также стали противодействие правительств стран ЕС экологической политике южноамериканской страны и подход властей Бразилии к борьбе с пандемией новой коронавирусной инфекции. Пренебрежение и халатность со стороны президента Болсонару вопросами изменения климата и обезлесения Амазонии побудило европейские правительства открыто выступить против ратификации Соглашения о свободной торговле Меркосур – ЕС, подписанного в 2019 г. после 20 лет переговоров. В мае 2016 г. стороны согласовали взаимные условия, в результате чего в 2019 г. соглашение было подписано, включив положения об обмене товарами и услугами, инвестициях и государственных закупках. Все это было сделано в контексте глобальной политики протекционизма и ослабления роли ВТО как сторонника процесса либерализации торговли. Несмотря на успех, такие страны как Франция, Австрия и Нидерланды открыто выступают против торговой сделки Меркосур – ЕС, что может помешать ее ратификации. Однако испанское правительство, напротив, лоббирует ратификацию этого соглашения. Мадрид, заинтересованный в получении выгод от либеральной экономической политики правительства Болсонару, поддерживает прочные связи со своим южноамериканским партнером. В данной статье анализируется превращение Испании из относительно нерелевантного партнера Бразилии в XX веке в одного из основных инвесторов, вкладывающего значительный капитал в бразильскую

экономику. В статье дана оценка результатов и проблем стратегического партнерства Бразилии и Испании сообразно формату широкого контекста отношений Бразилия – ЕС.

→ **Ключевые слова**

Бразилия, Испания, торговые отношения, Соглашение о свободной торговле, идеология

Конфликт интересов: Автор заявляет об отсутствии потенциального конфликта интересов.